

**ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

6^a

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes os quarenta e três membros que constituem este órgão: --

-----Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, José Maria Preto, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Altino dos Anjos Aleixo, Antero Augusto Neto Lopes, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Armando do Nascimento Cordeiro, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Ana Paula Miguéis Gonçalves Sá, António Augusto Gonçalves, Vitor Manuel Purralo Madaleno, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, José Carlos Ferreira Lopes, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa, Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 29 de setembro de 2014 – Apreciação e Deliberação.* -----

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----2.2 *Apresentação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o Exercício de 2015 - Análise e Deliberação.*-----

-----2.3 *Retificação à deliberação intitulada “Apresentação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o Exercício de 2015 - Análise e Deliberação.*-----

-----2.4 *Alteração ao Regulamento de Feiras e Mercados do Município de Mogadouro - Análise e Deliberação.*-----

-----2.5 *Participação Variável no IRS – Comunicação à AT da Percentagem de IRS pretendida para 2016 - Análise e Deliberação.*-----

-----2.6 *Junta de Freguesia de São Martinho do Peso - Pedido de Apoio para a Realização da Feira de S. Martinho e dos Produtos da Terra - Análise e Deliberação.* -----

-----2.7 *Comissão de Toponímia do Concelho de Mogadouro – Eleição de um membro designado pela Assembleia Municipal.* -----

-----2.8 *Outros Assuntos* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ *antes de dar início à 6ª sessão ordinária da Assembleia Municipal e não obstante de vos ter sido entregue presencialmente as Boas Festas, gostaria ainda de as complementar, expressando aos verdadeiros representantes da comunidade mogadourense, que sois todos vós, ao executivo municipal, a todos os funcionários, dirigentes e trabalhadores contratados, uma quadra natalícia com muita paz, saúde, esperança e fraternidade e que o próximo ano de 2015 vá ao encontro dos vossos anseios e expectativas. Muito obrigado*”. -----

----- O Presidente da Assembleia declarou abertos os trabalhos e apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 29 de setembro de 2014 – Apreciação e Deliberação.* -----

-----Antes de dar a palavra aos membros para intervirem sobre este assunto informou que na página 199, no parágrafo 4 falta a palavra Comissão está a falar da toponímia, mas que falta a palavra Comissão e na página 212 onde se lê dino, deverá ler-se disso. -----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à ata podê-lo-ia fazer. -----

-----Ninguém pretendeu usar da palavra, colocou a ata a votação. -----

-----A ata, foi aprovada com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção de

Vitor Madaleno, por não ter estado presente, na sessão a que esta ata se refere, e quarenta e dois (42) votos a favor. -----

-----Apresentou o ponto seguinte:-----

-----**1.2 Informação da Correspondência Recebida e Expedida.**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia informou que a correspondência recebida e expedida foi regularizada. -----

-----Passou ao ponto **1.3** -----

-----**1.3 Período de Intervenção do Público.**-----

-----Não havendo público para intervir passou ao ponto 1.4 -----

-----**1.4 Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.**-----

► **ILÍDIO MARTINS** questionou o Presidente da Câmara sobre a reunião com as Estadas de Portugal, relativamente ao nó de ligação do ICS Mogadouro/Santiago, gostaria de saber em que ponto estão essas diligências. Sobre a agenda do Presidente da Câmara, do Vice-presidente e respetiva vereação, pede que clarifiquem o conteúdo das reuniões. -----

-----Referiu-se também à atribuição dos subsídios e gostaria de ver o assunto mais clarificado porque, há quem levante dúvidas de tais atos (apoio social). -----

► **ANTÓNIO GONÇALVES** questionou o Senhor Presidente da Junta de Bemposta sobre uma linha telefónica paga pela Câmara Municipal e instalada na Junta de Freguesia de Bemposta. Disse ainda que em Bemposta não foram realizadas pela Junta de Freguesia as reuniões exigidas por Lei. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** em resposta ao Senhor António Gonçalves disse que não bastava dizer que na Junta de freguesia de Bemposta havia um telefone, terá que dizer onde está instalado e quem o utiliza, porque o único telefone que a Junta tem, paga-o todos os meses. E se o Senhor Presidente já tem essa informação agradece que seja aqui transmitida. -----

-----Em relação às reuniões da Junta disse, que não tem que lhe dar satisfações. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** interveio e leu a seguinte intervenção: *“Pretendemos com esta nossa intervenção questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca de alguns assuntos que entendemos revestirem-se de interesse relevante. É nossa intenção ver esclarecidos alguns assuntos e bem assim contribuir para a transparência dos atos de gestão da câmara municipal.* -----

-----Assim, questionamos: Sr. Presidente da Câmara, em jeito de introdução aos assuntos que iremos apresentar, fazemos desde já o seguinte reparo: O Sr. Presidente, nos termos da alínea c), do número 2, do artigo 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, está obrigado a informar esta Assembleia da vida e da gestão das mais diversas e importantes assuntos do município, nomeadamente dos processos judiciais pendentes. Ora, não é o que se verifica, pois no Relatório das atividades do

Presidente da Câmara, limita-se a apresentar a situação financeira do município e nada mais, não cumprindo o legalmente estabelecido e manifestando desrespeito pela Assembleia Municipal. Vem este reparo a propósito do primeiro assunto que a seguir lhe apresentamos. -----

-----1 – Acerca da decisão do tribunal administrativo de Mirandela, respeitante ao concurso de adjudicação da variante de ligação ao IC5, perguntamos, Sr. Presidente, que trapalhada se instalou e existe? O que é que correu mal e de quem são as responsabilidades, caso a obra venha a ser embargada e o município vier a ser prejudicado? Sabemos todos que se trata de uma obra que faz falta, que todos desejamos venha a ser concretizada e que o Sr. Presidente bem gostaria que a situação fosse outra. Sabemos que se trata de uma enorme trapalhada, que eventualmente o processo, objetivamente não terá seguido a tramitação exigida e que, quando assim é, as situações se complicam.-----

-----Sendo assim, Sr. Presidente, há que pedir responsabilidades. -----

-----2 – Tivemos conhecimento de que se procedeu à habitual e necessária poda das árvores da responsabilidade do município e que dessa poda resultou uma determinada quantidade de lenha. Colocamos três perguntas: 1ª Essa lenha foi vendida? 2ª Se foi vendida, qual o valor da venda? 3ª e última questão – Em que rubrica entrou e ou foi registado o valor da venda? -----

-----3 - O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. Sendo uma imposição da Comunidade Europeia, com este diploma legal pretende-se a transparência dos atos de gestão, sublinhamos, a transparência, a defesa do interesse público e a eficácia dos mesmos. Acreditamos que o Sr. Presidente da Câmara conhece a existência deste diploma, conhece os seus princípios e saberá com certeza que todos os contratos públicos terão de obedecer às regras instituídas, sob pena de incumprimento legal, sancionável nos termos da lei. -----

-----Sr. Presidente, tivemos conhecimento de que a Câmara Municipal de Mogadouro terá promovido um concurso público, por ajuste direto, no valor de 100.000€, respeitante a intervenção necessária na área ardida na zona sul do concelho. -----

-----Tivemos conhecimento, Sr. Presidente, de que para este ajuste direto foi convidada apenas uma empresa e que a mesma tem sede na cidade da Guarda. A lei dos contratos públicos, seja qual for a natureza do procedimento, obriga à consulta de pelo menos três empresas. Não sabemos, obviamente as motivações deste convite. De qualquer das formas, a ser assim, Sr. Presidente, não se cumpriu o estabelecido na lei dos contratos públicos, o que configura uma ilegalidade grave e, como tal,

mais uma trapalhada. -----
 -----É assim que defende as empresas do concelho ao não convidar para este concurso qualquer empresa do concelho? -----
 -----É assim que defende a criação de emprego e de postos de trabalho, ao não convidar para este concurso qualquer empresa do concelho? -----
 -----É assim que defende os interesses do concelho? -----
 -----É assim que se cumpre a propalada intenção de transparência dos atos de gestão da câmara municipal? -----
 -----Obviamente não conhecemos as razões e ou motivações que subjazem à contratação exclusiva daquela empresa da Guarda. -----
 -----Perguntamos, esta forma de gestão terá mesmo como objetivo defender os interesses do concelho ou terá mais a ver com o favorecimento de certos interesses?-----
 -----Gostaríamos, Sr. Presidente, de ser esclarecidos sobre este assunto.--
 ----- 4 – Sr. Presidente da Câmara, foi apresentado e aprovado o teor de um Requerimento em reunião deste órgão, em 30 de junho de 2014, solicitando que se desse conhecimento a esta Assembleia sobre os seguintes assuntos: 1 – Ponto da situação da execução do Projeto de Execução do Centro Interpretativo e do Mundo rural; 2 – Dos pareceres das diferentes entidades competentes; 3 – Da informação da Unidade Orgânica de Ordenamento e Urbanismo sobre o projeto em causa. -----
 -----Sr. Presidente sobre este assunto não deu, até ao momento, qualquer esclarecimento a esta assembleia, o que configura desde logo o total desrespeito por este órgão e o incumprimento do estipulado na lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----
 -----Sr. Presidente da Câmara, aquilo que nos move são os superiores interesses do município, como tal, e uma vez que entendemos a informação solicitada como sendo de interesse relevante, solicitaremos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que desencadeie os mecanismos legais ao seu dispor, a fim de vermos satisfeita a nossa pretensão”. -----
 ► **ANTÓNIO MARTINS** pediu novamente esclarecimento ao Senhor Presidente sobre o caso do telefone. Onde está e quem o utiliza? -----
 -----Falou da obra da piscina, que nunca ninguém se mostrou contra a localização. Que o espaço é suficiente, no total tem 288 m2 de área para estender a toalha. -----
 -----Questionou o Senhor Presidente sobre as visitas da Câmara às aldeias, como é que as pessoas são contatadas? Se a Junta tem que estar presente? Que ele não foi convidado. Que isso é uma campanha de marketing. É um abuso de poder em relação aos Presidentes da Junta. Disse ainda que os Presidentes de Junta são os interlocutores e que normalmente o Senhor Presidente não está disponível para os receber. Em relação a este assunto leu e entregou uma Proposta de Recomendação: -----
 ----- «Atendendo à dificuldade sentida e manifestada por vários

Presidentes de Junta em serem atendidos pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo estes os legítimos representantes e os que mais próximos estão das populações e atendendo a que a falta de tempo já não será neste momento um argumento válido para o Senhor Presidente da Câmara os receber, na medida em que já tem tempo para se deslocar às aldeias em “presidências abertas”, recomendamos ao Senhor Presidente que estabeleça e comunique um horário de atendimento para receber os Senhores Presidentes de Junta, possibilitando-lhe expor os seus assuntos e servir de interlocutores das populações que representam. -----

-----Mogadouro, 15 de Dezembro de 2014-----

-----O Grupo Parlamentar do PSD» -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que a Proposta de Recomendação deveria ter sido entregue à Mesa e só depois ter sido lida aos membros. -----

► **SANDRA MESQUITA** falou no nó do [5]. -----

-----Que deveria haver uma maquete da Casa Mortuária, porque quem visita Mogadouro pergunta o que aquilo é. -----

-----Que a coluna colocada no salão nobre para as intervenções é transparente, mas nada no executivo é transparente. -----

-----Falou ainda na anulação por parte do tribunal da obra da 3ª fase da zona Industrial, se pelo facto de ser anulada se perdem os 85% de participações. -----

► **JOSÉ BRANCO** interveio e leu a seguinte intervenção: “*Senhor Presidente na última reunião da Assembleia Municipal na minha primeira intervenção coloquei algumas questões que o Senhor Presidente não respondeu e que volto hoje novamente a colocar: -----*

-----Questionei sobre a obra do parque infantil e campo de jogos do bairro São Sebastião, como se pode ler na ata da última Assembleia, foram pedidas cópias do contrato e seu procedimento, que até hoje não me foi facultado, será que haverá algo de incorreto que não podemos ter conhecimento? Peço novamente hoje aqui que durante esta reunião nos seja facultado cópias de todo o procedimento da obra, senão terei que solicitar o mesmo através do tribunal administrativo. Como V. Exa. saberá todas as perguntas feitas aqui terão que ser respondidas. -----

-----Senhor Presidente em relação à obra da casa mortuária e como o Senhor Presidente numa das suas intervenções da última Assembleia disse, estava a ser ultimado um acordo entre as duas entidades, o Município e a Diocese, gostaria de saber o teor desse acordo e que nos facultasse cópia do mesmo. Gostaria também que hoje durante esta reunião nos facultasse cópia do parecer emitido pela secção de urbanismo desta Câmara, sobre esta obra. -----

-----Senhor Presidente quero-lhe também aqui dar os parabéns pela

limpeza/poda de algumas árvores que foram feitas na vila de Mogadouro pelos funcionários. Mas a seguir gostava de saber qual foi o procedimento da arrematação da lenha originária dessa limpeza porque se consta que foi arrematada por alguém. Qual foi o valor da arrematação? Quem foi que ganhou esse leilão? E porque rubrica é que esse dinheiro entrou nos cofres da Câmara? -----

-----*Senhor Presidente sobre este mapa de compromissos plurianuais que hoje nos foi entregue gostaria de saber duas coisas: **Primeiro:** “Aquisição de serviços – aluguer de máquina giratória, dumper, e cilindro” à firma INERTIL, para o período de 19-11-2014 até 06-12-2014, valor de 15.050,00 €. Que serviços (obras) foram feitos por esta firma, por esta rubrica, porque aqui no documento não nos informam, foi lapso ou foi de propósito?* -----

-----***Segundo:** “construção de passeios de Castro Vicente” só mão-de-obra, o mesmo que se passou com os passeios da Avenida de Salamanca, em Mogadouro só mão-de-obra, e os materiais de onde vieram, como foram contabilizados?”*-----

► **ANTÓNIA CARDOSO** falou da municipalização. -----

-----Disse ao Senhor Presidente da Câmara que não podia deixar de lado os Senhores Presidentes da Junta na visita às aldeias. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou a Proposta de Recomendação a votação. -----

-----A Proposta foi aprovada por maioria com um (1) voto contra e seis (6) abstenções. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** em relação à zona industrial disse que o jurista não acautelou em devido tempo o recurso.-----

► **EVARISTO NEVES** disse que a questão da lenha teve o procedimento que já vinha sendo feito nos últimos anos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** propôs fazer um pequeno intervalo só de um quarto de hora para comer um bocadinho de bolo-rei, como é usual nesta época. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu novamente início aos trabalhos dizendo que era escusado fazer a chamada porque havia quórum. -----

-----Informou que lhe tinha sido transmitido pelo responsável técnico Hugo Silva que o cabo de gravação teria sido mudado por duas vezes e que detetou que as gravações não estariam a decorrer com a normalidade que se impunha, deu conhecimento que o problema detetado na gravação seria meramente técnico pelo que antecipadamente deu conhecimento à digníssima Assembleia de que as gravações até aqui operadas poderão conter graves falhas de qualidade e perceção das comunicações produzidas, sendo de esperar que a partir deste momento sejam devidamente repostas.--

-----De seguida apresentou o ponto 2.-----

-----**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.***-----

-----O membro José Maria Preto fez um ponto de ordem à Mesa para questionar se já estava esgotado o ponto 1.4 ***Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*** -----

-----Ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu que o tempo disponibilizado para este ponto foi absorvido pelas intervenções até aqui proferidas, podendo no entanto caso considere pertinente, intervir no período respeitante a outros assuntos -----

-----O membro José Maria Preto pediu condescendência na atribuição do tempo nos outros assuntos para poderem ser discutidos estes assuntos. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia, perguntou se alguém queria intervir sobre o ponto 2.1. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** questionou o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo, sobre uma deslocação a Groslay- França nos dias 28, 29 e 30 de Novembro, porque na agenda do Senhor Presidente da Câmara regista-se “reunião com o Executivo da Mairie de Groslay no âmbito do protocolo de amizade, assinado em 2013” e na agenda da Senhora Vereadora Virgínia Vieira regista-se “visita a convite da Presidente da Associação Mogadouro no Coração”. Perguntou do que se tratou? Qual o âmbito da visita e que assuntos foram tratados? -----

► **ANTÓNIO MARTINS** disse que não falava em concreto na situação financeira do Município, porque continua a ser excelente, com uma disponibilidade orçamental na ordem dos quatro milhões de euros, que tem todas as condições para enfrentar o ano de 2015 com esperança, com vontade, porque a situação financeira não será um entrave para a não realização de obra e para um bom cumprimento do plano. -----

----- Disse ainda à Senhora Vereadora Virgínia que fez uma visita ao Cardal do Douro para conhecimento do estado de conservação do cais, que sempre que faça uma visita à sua Freguesia, ele estará disponível para a acompanhar, porque entende que sempre que alguém da Câmara se dirija a uma freguesia se deve fazer acompanhar do legal representante dessa freguesia que é quem tem obrigação de ter conhecimento dos assuntos da sua freguesia. -----

► **VIRGÍNIA VIEIRA** interveio para responder ao membro José Maria Preto e disse que por lapso pôs na sua agenda, que foram convidados pela Presidente da Associação Mogadouro no Coração, que de facto foram convidados pela Presidência de Groslay. -----

-----Ao membro António Martins disse que é seu lema quando tiver alguma visita a fazer ou quando necessitar pedir ajuda aos Presidentes de Junta. Pediu desculpa pelo lapso. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou o ponto 2.2 *Apresentação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o Exercício de 2015 - Análise e Deliberação* e o ponto 2.3 *Retificação à deliberação intitulada “Apresentação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o Exercício de 2015 - Análise e Deliberação*. -----

-----Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explanação do ponto. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** *interveio e leu a seguinte intervenção “ o orçamento para o ano 2015 foi elaborado no âmbito da competência da Câmara Municipal conforme o disposto na alínea c) do n.º1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para apresentação à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei. Foi dado cumprimento ao Estatuto do direito de Oposição (Lei 24/98 de 26 de maio), pedindo à Comissão Política do Partido Social Democrata com assento na Câmara mas sem atribuição de pelouros que apresentassem propostas, opiniões ou sugestões para a elaboração dos documentos previsionais, tendo respondido ao pedido. Na previsão de receitas foi seguido o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações, tendo sido garantido o cumprimento, dos princípios orçamentais, bem como a sua compatibilidade com as regras previsionais definidas pelo mesmo. Também no sentido de dar cumprimento ao equilíbrio orçamental foi tido em conta o determinado no n.º 2 do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro que estabelece que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. -----*

-----*A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano é de 18.400.112 euros. A receita corrente atingirá um montante de 11.418.836 euros que suporta a despesa corrente de 9.514.650 euros, enquanto a receita de capital fica pelos 6.981.276 euros par uma despesa de capital de 8.885.462, o que significa que a diferença entre o deve e o haver das verbas de capital é suportado pelas receitas correntes em valor superior a um milhão e novecentos mil euros. -----*

-----*Ao compararmos este valor com o do Orçamento do ano transato (14.721.280,00 €) verifica-se um aumento bastante considerável resultante do elevado número de obras que esperamos sejam financiadas pelo novo quadro comunitário bem como das que já têm financiamento garantido, o que implica o aumento das transferências do QREN. Também o saldo verificado em tesouraria nesta data e que se prevê manter-se elevado no final do ano, permite a inclusão de um maior número de projetos e conseqüente aumento da despesa que aponta para um incremento próximo dos três milhões e setecentos mil euros. -----*

-----Há semelhança de anos anteriores, continuamos a depender financeiramente da participação do estado, pois verificamos que a participação direta no Orçamento do Governo, com um total de 8.683.504,00 €, representa cerca de 47% do total do Orçamento. Se a esta percentagem, somarmos os 30% previstos como receita do QREN, sobram apenas 23% nos quais para além da receita própria que o município gera, estão incluídos os montantes transferidos por outras entidades. -----

-----Como se pode verificar através da análise aos documentos em apreciação, os mesmos contemplam uma série de projetos e ações com vista a melhoria da qualidade de vida da população Mogadourense principalmente através de iniciativas direcionadas para as famílias mais carenciadas, traduzidas nem esforço financeiro significativo. São disso exemplo, o Fundo de emergência, o apoio à compra de medicamentos, a oferta de manuais escolares e de enriquecimento curricular, bem como o pagamento dos transportes escolares a todos os escalões de ensino. -----

-----Analisando o Plano Plurianual de Investimentos, verifica-se que o agora apresentado, é superior em projetos e principalmente em dinheiro face ao de 2014, registando pois um aumento superior a três milhões de euros cifrando-se no valor total de 7.649.492,00€ distribuídos por alguns projetos em fase de conclusão, outros a lançar durante o próximo ano, sendo que alguns, prolongam-se ainda para os anos seguintes. -----

-----As Grandes Opções do Plano (GOP'S) são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais e para o ano de 2015 não só pelo valor dos mesmos, mas principalmente pela importância que estes merecem, destacam-se a aquisição de autocarro, o Centro de Interpretação do Mundo rural, a construção da Variante da Zona Industrial ao IC5, a III Fase da Zona Industrial, a requalificação de Polidesportivos do concelho e a Recuperação e valorização ambiental da ribeira do Juncal em fase de conclusão, inscritos no PPI e os acordos de cooperação com a Proteção Civil, as dotações para as juntas de Freguesia, os protocolos com as Instituições de Solidariedade e as amortizações de empréstimos inscritos do PAM. -----

-----A desagregação do PPI por classificação funcional mostra-nos três grandes capítulos, surgindo à cabeça o das **funções económicas** com 4.552.262,00€ que corresponde a 59,51% do total, seguido das **funções sociais** que absorvem 28,48% a que corresponde um investimento de 2.179.230,00 e das **funções gerais** com um investimento previsível de 918.000,00€ correspondentes a 12% do total geral. -----

-----Pelos dados atrás descritos, e fazendo uma análise mais cuidada aos capítulos mencionados, verifica-se que este executivo tem uma atenção especial com os Transportes Rodoviários, traduzido pela inclusão de obras estratégicas no PPI com um total geral de 1.611.106,00€ o que equivale a 21,06% do total do investimento. Contribuem com mais de 78% para este

bolo e já contratualizadas, as obras de ligação ao IC5 e as pavimentações do caminho de Peso a Macedo do Peso e da EM de Azinhoso a Sampaio, sendo a diferença distribuída por várias obras que se pretendem lançar no decorrer do ano com destaque para os 100.000,00€ inscritos no Arruamentos do Concelho. -----

-----A maior fatia faz também parte das funções económicas, designada por Indústria e Energia com um total de 2.061.947,00 correspondente a 26,95%, cujo valor se destina na sua maioria à construção da III Fase da Zona Industrial em fase de execução, estando ainda prevista a iluminação do Castelo de Mogadouro e zona envolvente da Igreja Matriz. -----

-----O capítulo das funções sociais é a que agrega maior número de rubricas como a Educação que regista apenas o valor de 21.000,00€ para a conclusão da cobertura para acesso ao 1.º CEB, o projeto da cantina escolar e a requalificação da antiga Escola Preparatória Trindade Coelho; a Ação Social com trinta mil euros; o Ordenamento do Território com o valor global de 481.801,00€ distribuídos por diversas ações com destaque para os estudos e projetos e o arranjo urbanístico da Serra da Pereira em Vila de ala; o saneamento com um total de 165 mil euros destinados essencialmente à construção ou substituição de fossas sépticas no concelho; o Abastecimento de Água com 544.000,00 que serão canalizados para a conclusão do depósito de água no Penedo e adutora até ao Castelinho e ainda a remodelação da rede de água em Bemposta e Peredo de bemposta, para além de, entre outras, do possível lançamento a concurso da adutora de Brunhosinho a Mogadouro; a Proteção do meio ambiente com 256 mil euros para a conclusão da Ribeira do Juncal. Também a Cultura e o Desporto fazem parte deste capítulo, com uma dotação de 80 mil euros na primeira e 469.429 euros na segunda, destacando-se nesta a requalificação de Polidesportivos do Concelho que absorve mais de 61% do total, sendo o restante para obras a executar nas Piscinas Municipais coberta e descoberta. -----

-----No capítulo das Funções Gerais são de realçar os 265.000,00 inscritos na aquisição e indemnização de terrenos, os 225.000,00 para a aquisição de autocarro e os 80 mil euros destinados à construção de garagem na Casa Paroquial de Mogadouro que no seu conjunto representam 62,09% do global. Nas restantes rubricas, os valores nelas inscritos destinam-se essencialmente à aquisição de material e equipamento para a atividade operacional dos diversos serviços municipais, sendo disso exemplo o hardware e software informático, a aquisição de viaturas e a requalificação das antigas escolas primárias do concelho. -----

-----É assim neste sentido que propomos para aprovação este Orçamento, o qual engloba o PPI e o PAM, bem como o mapa de pessoal”.-----

► PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu inscrições para intervirem

sobre o ponto. -----

► **SANDRA MESQUITA** interveio e leu a seguinte intervenção “ *As Grandes Opções do Plano e Orçamento constituem o principal instrumento e ferramenta de gestão pública do município. Este instrumento de gestão, decorre do imperativo legal e é nele que estão inscritas a base previsional de receita e despesa do Município. Cabe também a este instrumento a função de controlo da sua execução.* -----

-----É nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento que assenta a estratégica e a orientação política conducente ao desejável desenvolvimento do Concelho. Apesar de se tratar de documentos técnicos, a carga política que os reveste, exige que cada um de nós presente nesta sala, atinja o grau de relevância que, documentos desta natureza, têm para os desígnios do concelho de Mogadouro. Importa que sejam discutidos e posteriormente votados com seriedade política, em perfeita consciência e ressaltando os superiores interesses do Concelho. -----

-----Pela cuidada análise que fiz, gostaria de partilhar convosco (a quadra natalícia que vivemos é tempo de partilhar), partilhemos então o que de substantivo, os documentos nos revelam: Números são números! E os números não mentem... -----

-----O Orçamento global para 2015 é de 18.400.112,00€. -----

-----Do lado da despesa, 52% corresponde a despesa corrente e 48% a despesa de capital ou de investimento. -----

-----Do lado da receita, 60% corresponde a uma previsão de arrecadar receita, por via de receitas correntes e 40% por via de receitas de capital. Quer isto dizer que, a gestão municipal se propõe aplicar recursos provenientes de receitas correntes em investimento, na concretização de despesa de capital. Até aqui... tudo bem! -----

-----O pior vem a seguir. E o que é o pior? O pior é o que está inscrito no orçamento de receita, na receita de capital, onde, do total de 7.325.304,00€, 5.920.000,00€ (estamos a falar de 80%) da previsão de arrecadação de receita de capital, provem do QREN (Operação Norte), Isto é um logro! Isto é o pior! -----

-----Como todos sabemos, o Quadro de Referência Estratégico Nacional, vulgo QREN, encerra a 31 de dezembro de 2014, havendo a obrigatoriedade, imposta pela União Europeia, de encerrar as contas de todos os programas até 30 de junho de 2015, inclusivamente medidas que atualmente se encontram abertas em regime de overbooking. -----

-----Portanto, essa arrecadação de receita de capital é uma impossibilidade! Esta inscrição de receita, não é atirar uns grãos de areia para os nossos olhos, é atirar um camião de areia para os olhos de todos os mogadourenses! -----

-----Referi esta rubrica por se tratar da mais gritante. Não nos iludamos, estivemos a falar de uma verba que representa 32% do total do orçamento.

-----Estes documentos que hoje aqui analisamos, devem ser documentos de extremo rigor, onde imperem princípios como o da prudência. E prudência foi o que não houve quando, de forma reiterada, verbas avultadas foram inscritas em rubricas de despesa “Outros ou Outras” e que importa escarpelizar. -----

-----São os “Outros Serviços” com 1.374.700,00 (na despesa corrente) que representa quase 15% do total da despesa corrente: são os “Outros” em despesas de capital com uma verba de 2.290.186,00€, representando mais de 25% do total da despesa de capital. -----

-----Isto também faz parte do pior, isto tem uma clara interpretação política, isto é para a obra e a obrinha, para a festa e para a festinha! Isto é um orçamento paralelo, um orçamento dentro de um orçamento com uma agenda escondida!!! -----

-----Já que estou a falar em outros e outras, gostaria de chamar à coação um outro assunto que terá com certeza influência direta neste orçamento que aqui analisamos, a III fase da Zona Industrial. Por aquilo que vislumbrei na comunicação social e vendo o ridículo a que o Senhor Presidente e o Senhor Vereador expos a imagem do Município, dizendo que não sabiam de nada e depois se desmentiram dizendo que os advogados do município estariam a tratar do assunto, isto no que se reporta a um processo judicial, ao que sei, já transitou em julgado e veio condenar o município. Neste contexto, gostaria de saber quais os custos para o município, fruto da ilegalidade cometida no âmbito da contratação pública para adjudicação da empreitada da III fase da Zona Industrial, e de que forma se vai refletir no orçamento? -----

-----Trago um último assunto, mas não menos importante, que é a Educação. Este assunto deve merecer o interesse de todos. A educação neste orçamento representa 0,1 % do valor global do orçamento. Estes valores dizem bem da visão estratégica que a educação representa para o município. Não me estranham agora os resultados dos rankings das nossas escolas”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** começou a sua intervenção pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia para lhe permitir relevar uma falha que cometeu, não ter cumprimentado a Dona Isabel, disse que sabiam que tem um rápido restabelecimento, desejando-lhe um perfeito trabalho para os ajudar a todos. -----

-----Disse que depois da intervenção da Sandra Carina quase que se sente pequenino, mas que vai fazer dois ou três comentários. -----

-----Concordou com as considerações feitas no último parágrafo da página 6, quando se estabelece que é necessário que os Municípios ocorram à situação económica e financeira que a população atravessa e daí que seja cada vez mais fundamental o pelouro da Ação Social, sobretudo nas zonas mais empobrecidas como a nossa. -----

-----Que há duas ou três coisas que não entende, como por exemplo uma rubrica de apoio à natalidade no valor de dez mil euros. Será para cada nascimento? Será para todos os nascimentos? Será para os nascimentos numa determinada parte do concelho? Como será feita essa distribuição? Adiantou ainda que qualquer que seja o critério, discorda, porque não é dessa forma que se cria a fixação de pessoas nas nossas terras, é com a criação de condições e essa responsabilidade é do Município. -----

-----No Capítulo de interesses culturais, recreativos e religiosos gostava de saber o que é isso de serviços religiosos. Há que fazer uma separação correta entre religião e sociedade, ou religião e política. É fundamental que se tenha um procedimento de respeito para com todas as religiões, até para com aqueles que não tenham nenhuma religião. Não entende a atribuição de uma verba para a garagem da casa paroquial. Aquecimento, garagem, qualquer dia internet, televisão. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** disse que os documentos (orçamento, PPI e PAM) devem realmente ser discutidos em conjunto, porque estão interligados entre si, referiu que estão muito bem apresentados. Que não menciona as obras físicas, porque já o fez o Senhor Presidente, são um conjunto de obras que abrangem o concelho todo, pensa que todos os Municípios irão ser beneficiários deste Plano de Investimentos. As ações de carácter social também já foram referidas pelo Senhor Presidente. Que as verbas do orçamento para 2015, as despesas correntes e as de capital também já foram referidas, que no seu entender é um plano e orçamento que procuram responder à manutenção e enriquecimento do património do Município e ao mesmo tempo apresentam a construção de novos investimentos que terão certamente impacto na vida futura das populações e também para responder aos mais carenciados. -----

-----É um bom Plano, que neste momento não passa de intenções, mas que serão concretizadas ao longo do ano, se o não forem a Câmara será questionada por isso quando for apresentada a conta de gerência. -----

-----Referiu ainda que da sua parte e da parte de toda a bancada do PS irão aprovar estes documentos. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** começou a sua intervenção dizendo que estava à vontade para tecer considerações acerca do Plano, porque já o vem fazendo ao longo dos últimos anos, independentemente de quem estava no poder, que o seu discurso vem sempre no sentido de incentivar a Câmara a uma certa viragem que é necessário fazer no Concelho, porque já está dotado de grandes obras e era preciso virar a agulha para o desenvolvimento económico do Concelho, para a criação de emprego, olhar mais para o futuro das gentes desta terra. -----

-----Foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que o direito de oposição foi cumprido, é verdade, mas não foi atendido. -----

-----Quem concebeu o Plano pode achar que é um bom Plano, em 1º lugar

é um Plano eleitoralista, tal como o de 2014, porque atira com as obras para o final do mandato. Este Plano é um Plano mau, diria mesmo péssimo; falou sobre uma reunião que o Senhor Presidente da Câmara fez com os Presidentes de Junta e que lhe pediu para indicarem três obras para as aldeias, que ele só indicou uma e ainda não arrancou “*imaginem se tivesse pedido três*” mas que soube por outros Presidentes de Junta que muitas dessas obras ainda não foram feitas, foram banidas do Plano, não foram feitas em 2014 e não fazem parte do Plano em 2015. Esperam que essas obras não caiam no esquecimento, que a sua obra prioritária era a remodelação da rede de águas em Bemposta, que por acaso consta em Plano e que já é hora de começar, porque como já vem dizendo noutras Assembleias, a freguesia de Bemposta é o maior contribuinte líquido para os cofres do Município pelas rendas da EDP. -----
-----Este Plano mete o slogan “as pessoas primeiro” na gaveta, se é que alguma vez existiu com este Executivo. -----
-----Na análise que fez do relatório saltou à vista na página cinco, mais ou menos a meio onde diz o capítulo das funções sociais é o que agrega o maior número de rubricas com a educação que regista apenas 21 mil euros, a ação social 30 mil euros, isto são 51 mil euros, 0,03%. Este ano será para a Vereadora que tem estes dois pelouros um ano muito, muito difícil, se tiver que puxar pela imaginação para mostrar serviço nos seus pelouros para gerir 0,03%, ou muito fácil se gastar rapidamente os 0,03% e como não tem mais orçamento fica com os pelouros resolvidos. -----
-----Não há incentivos à criação de emprego. Onde está a prioridade para a execução das grandes obras? Será, como aqui já foi dito pelo Senhor Ilídio Martins, construindo uma garagem para o clero guardar os cavalos por 80 mil euros? Com mais 1.600 euros de um projeto pago pela Câmara para essa mesma garagem? Será isso que traz desenvolvimento ao Concelho? Ou estará a Câmara com estas atitudes e com outras que já teve no passado nomeadamente a colagem ao Senhor Bispo quando por aqui andou, à espera da ajuda divina para conseguir uma boa execução em 2015? Disse que também já tinha falado de um fórum em que ele e o Senhor Presidente da Assembleia estiveram presentes em Bragança, onde se falou de assuntos relevantes para a economia do concelho, nomeadamente de um novo quadro comunitário que vai haver e que esta Câmara não vai lá buscar verbas, porque não esteve nesse fórum e se calhar noutros. É mais populista, se calhar dá mais votos andar a acompanhar o Senhor Bispo, no dia desse fórum em Bragança? O Senhor Bispo foi muito bem acompanhado, estava o Senhor Presidente, o Senhor Vice-presidente e uma Vereadora a acompanhar a visita do Senhor Bispo a uma aldeia. Não havia ninguém no fórum, o reflexo está agora no plano. Não há estratégia para o concelho. Temos uma garagem para o clero por 81.600 euros e em contrapartida apoio à transformação de produtos endógenos com 7.500

euros. Pergunta se isto é que é criação de emprego? Se isto é que é ajudar as pessoas? E se assim é que são as pessoas primeiro? -----

-----Que haveria outras obras prioritárias, por exemplo a construção da adutora que vinha de Brunhosinho, que essa obra não devia ter parado. Se essa obra não estiver concluída também não pode proceder à limpeza da barragem de Penas Roias que também foi uma promessa do Senhor Presidente. -----

-----Obras que são lançadas, como aqui já foi dito pela Sandra, candidatas a fundos do QREN, o QREN está em fim de linha, outras obras para lançar ao programa 2020, que são obras viradas para o desenvolvimento económico, não se vêm no Plano, com certeza ficaremos de fora. -----

-----Disse ainda que os Nós do ICS fazem falta, que esperam que o consigam, mas que não seja a expensas dos cofres da Câmara, porque estariam a abrir precedentes graves se estiverem a fazer investimentos numa obra que pertence a uma empresa, que a tem concessionada e que recebe por isso. -----

-----Não se auguram tempos fáceis para o próximo ano no que representa a execução de obra porque será muito difícil captar verbas, sobretudo para estas obras que dependem de fundos comunitários porque não foi feito um bom trabalho de casa. -----

-----A bancada do PSD irá abster-se a este Plano. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** disse ao Senhor Presidente da Junta de Bemposta que lhe dá razão num aspeto, que a política deve ser separada da igreja, mas que o Plano não é assim tão mau. -----

-----Quanto à remodelação da Escola Preparatória Trindade Coelho não sabe o que o Município pretende ali fazer, mas que seria bom pensar em tirar os meninos lá de baixo, do buraco e ficarem todos juntos. Que todo o dinheiro que lá for gasto é mal empregue, é um assassinato ao dinheiro porque não se aguentará por muito tempo. É urgente que façam alguma coisa. -----

-----Quanto ao ranking que a Sandra falou é uma comparação sem comparação e que apesar de tudo, uma escadinha ou duas até subiu, mas é o fruto da herança que nos deixaram. O governo também contribui, é na saúde, é na educação, é arrasar o público para investir no privado, onde podem fazer melhor jogadas como se estão agora a ver e se irão ver muitas mais. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** começou a sua intervenção dando as boas vindas à funcionária Isabel Preto e reconheceu que foi um lapso não ter desejado desde o início, disse que de facto lhes fez muita falta nos trabalhos desta Assembleia Municipal. De seguida leu a seguinte intervenção *“Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, vamos apresentar a nossa visão, assente nos documentos apresentados e nas*

nossas expectativas enformadas pelas diferentes variáveis do atual contexto político e social. Desde logo realçamos a entrada em vigor do novo Quadro Comunitário de Apoio, que prespetiva o incremento e apoio a novos projetos para o desenvolvimento do país. O mesmo, nos termos das políticas comunitárias aprovadas, persegue e privilegia as zonas mais desfavorecidas, como é o caso do nosso concelho.-----

-----Trata-se, antes de mais de documentos que nos apresentam um plano de intenções, mas que refletem desde logo, uma determinada postura relativa à vida do município. -----

-----A primeira nota que registamos tem a ver com a apresentação formal dos documentos, com uma organização algo estranha. Depois, uma vez que estes documentos, depois de discutidos e de aprovados, têm de ser enviados para outras entidades, será recomendável que se faça uma revisão textual, porque no texto que nos é apresentado, abundam muitos e graves erros morfofossintáticos, o que é lamentável. -----

-----Trata-se de documentos de gestão, de natureza política, uma vez que os mesmos nos trazem a proposta do partido que ganhou as eleições e que em propostas apresentadas ao eleitorado, se propôs desenvolver um determinado programa de ação. -----

----- Relativamente à parte substantiva, fazemos a seguinte apreciação: --

-----1º As Grandes Opções do Plano não refletem qualquer preocupação com o desenvolvimento do concelho e muito menos perspetivam a elevação da qualidade de vida dos mogadourenses, não contribuindo em nada para a dignificação e valorização das pessoas. Para quem tinha como slogan de campanha “Connosco, primeiro as pessoas”, não se entende onde está, nestas propostas essa grande preocupação. -----

-----2º As Grandes Opções do Plano não perspetivam minimamente a promoção económica do concelho, a captação de investimentos que gerem riqueza e criem emprego, não se vislumbrando a intervenção em projetos e ações de proximidade, no desenvolvimento de políticas sociais integradas, na defesa da prestação dos serviços públicos e melhoria contínua dos serviços prestados à população.-----

-----3º As opções e perspetivas de ação para 2015, agora apresentadas não vão certamente assegurar o funcionamento do serviço público prestado às populações e não vão promover a melhoria das condições necessárias à qualidade de vida no concelho.-----

-----4º As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2015, apresentados como Plano Plurianual de Investimentos, constituem uma falta de visão e de ideias para o desenvolvimento do município. Estando para entrar em vigor o novo quadro comunitário de apoio, havendo boa saúde financeira do município, não vemos nestes documentos projetos a candidatar ao referido quadro comunitário e que promovam o efetivo desenvolvimento.-----

-----Trata-se, em nossa opinião de um a proposta de pequenas opções e não de Grandes Opções, como seria de esperar. Trata-se mesmo de opções altamente redutoras para o desenvolvimento do concelho. -----

-----A bancada Social-democrata não pode dar o seu aval a propostas desta natureza, propostas que contribuem para o empobrecimento do concelho e que dão início ao desinvestimento na vida dos mogadourenses.

-----Conscientes do nosso papel de oposição, coerentes com os nossos princípios, abster-nos-emos na votação destes documentos, abstenção justificada pelas razões enunciadas”-----

-----Dirigiu-se ainda à Deputada Antónia Moura para lhe dizer, que tem a certeza que não sabe que em educação qualquer projeto demora a dar resultados, pelo menos sete anos e se este ano já há uma subidazinha no ranking, estão no bom caminho. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, vinte e sete (27) abstenções e quinze (15) votos a favor. Foi ainda aprovada pela Assembleia Municipal nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6 da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e de mais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com o projeto plurianual aí prevista. Ficam igualmente autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem no número anterior e que em cada um dos três anos seguintes não ultrapassem 99.759,58€, bem como os compromissos plurianuais que resultem de reprogramações físicas e financeiras de projetos. Passou de imediato ao ponto **2.4 Alteração ao Regulamento de Feiras e Mercados do Município de Mogadouro - Análise e Deliberação** -

► **ILÍDIO MARTINS** sugeriu uma alteração à alínea a) do n.º1 do art.º25 do regulamento proposto, diz a alínea a) *Na sede do Município de Mogadouro, a feira realiza-se todos os dias 2 e 16 de cada mês, passando para o dia imediato se esses dias coincidirem com domingos ou feriados.* Propôs que se intercale entre dia imediato o adjetivo útil. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** congratulou-se com o facto de finalmente seguir este documento de alteração ao regulamento de feiras e mercados. Disse ao Senhor Ilídio Martins que o documento esteve em consulta pública e que era nessa altura que deveriam ser apresentadas as propostas. Neste momento será impossível fazer qualquer alteração. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** concordou com o Senhor José Maria Preto e colocou o ponto a votação. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Passou ao ponto **2.5 Participação Variável no IRS – Comunicação à AT da Percentagem de IRS pretendida para 2016 - Análise e Deliberação**

► **JOSÉ MARIA PRETO** interveio e disse que estas decisões significam olhar pela vida das pessoas e nunca foi de outra forma em Executivos anteriores. O PSD sempre tomou esta posição de olhar pelas condições dos mogadourenses libertando-os do pagamento de impostos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto a votação.-----

----- O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.6 Junta de Freguesia de São Martinho do Peso - Pedido de Apoio para a Realização da Feira de S. Martinho e dos Produtos da Terra - Análise e Deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que todos os protocolos com as Juntas de Freguesia têm que vir à Assembleia para aprovação e que este já foi pedido em cima da hora e não deu para vir à sessão anterior. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto a votação. -----

-----O ponto foi aprovado com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção e quarenta e dois (42) votos a favor. -----

-----Ponto **2.7 Comissão de Toponímia do Concelho de Mogadouro – Eleição de um membro designado pela Assembleia Municipal.** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia informou que foi acordado na reunião de Líderes que haveria só uma lista da qual fariam parte os dois partidos com assento nesta Assembleia, sendo o membro efetivo do PSD e o membro suplente do PS. Mas que agora parece não haver esse entendimento e que foram apresentadas à Mesa duas listas, uma foi designada por letra A

----- «Proposta -----

-----O grupo Parlamentar do PSD propõe o nome dos Deputados Municipais abaixo indicados para integrarem a Comissão de Toponímia do Concelho de Mogadouro, nos termos abaixo apresentados. -----

-----Membro efetivo – Sandra Carina Mesquita -----

-----Membro Suplente – José Maria Preto -----

-----Mogadouro, 15 de dezembro de 2015» -----

-----Outra designada por letra B -----

----- «Comissão de Toponímia-----

-----O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vem apresentar a membro da Assembleia Municipal, Maria Eugénia Mesquita Batista Cabanal para integrar a lista da Comissão de Toponímia. Solicita a votação e aprovação». -----

-----Porque se trata de nomes, há duas listas, vamos ter que passar para o voto secreto. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** informou que a lista B pode ser retirada. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** disse que lamentava o que se está a passar porque, tinham acordado que haveria só uma lista com membros dos dois partidos, mas que uma vez que assim não foi o PSD mantém a lista nos termos em que está apresentada. -----

► **ILÍDIO MARTINS** interveio e leu o seguinte: “*Regulamento Municipal de Toponímia – Os nomes das freguesias, localidades, lugares de morada e outros, refletem e deverão continuar a refletir os sentimentos e as personalidades das pessoas e memorizar valores, factos, figuras de relevo, épocas, usos e costumes, pelo que traduzindo a memória das populações, assumem-se como um dos aspetos mais relevantes da preservação da nossa identidade cultural e que não podem, nem devem, ser descaracterizados. --* -----*Razão porque a escolha, atribuição e alteração dos topónimos devem rodear-se de particular cuidado e pautar-se por critérios de rigor, coerência e isenção, pois é a única forma de garantir que essa memória das populações possa, apesar de adaptável, não ser irremediavelmente apagada*”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou a votação a proposta A. -----
-----A proposta foi aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, quatro (4) abstenções e trinta e seis (36) votos a favor. -----

-----Vamos passar ao último ponto da ordem de trabalhos -----

-----Ponto **2.8 Outros Assuntos**-----

► **SANDRA MESQUITA** começou a sua intervenção dizendo ao Senhor Ilídio Martins que fazia muito gosto em fazer parte da comissão de Toponímia e que tem conhecimento dos grandes historiadores e das pessoas ilustres do Concelho. -----

-----Deixou a título pessoal um recado ao Senhor Presidente da Câmara (*as desculpas não se pedem, evitam-se*), disse que ficava admirada com o comportamento do Senhor Presidente da Câmara com tanto pedido de desculpas. -----

-----Em relação ao assunto da zona industrial disse, que havendo um departamento jurídico na Câmara não se compreendia o que se passou, *falou no Doutor Fitas, mas isso não é desculpa*, perguntou ao Senhor Presidente se nesses 15 dias estava ausente de Mogadouro, e que a sua equipa tem que estar sempre representada. Que não compreendia como a carta vai diretamente para a mão do Advogado que trabalha a tempo parcial na Câmara, disse ainda que não pode pôr a culpa só no Senhor Advogado. -

-----Disse que o Senhor Presidente da Câmara ainda não respondeu quem vai assumir a responsabilidade dos custos da obra da zona industrial. -----

-----Em resposta à Deputada Antónia sobre a questão do ranking disse que também era docente, que isso do ranking não é só uma herança, que é o sistema que impõe. Que não se podem atirar pedras quando não estamos inteirados sobre os assuntos. -----

► **ILÍDIO MARTINS** disse à Deputada Sandra Carina que não retirava uma linha daquilo que leu e que esperava que não estranhasse a sua posição porque, já no anterior mandato teve a mesma expressão. -----

-----Agradeceu ao Deputado José Maria por lhe recomendar que devia ter lido que esteve em inquérito o Regulamento de Feiras, mas que estava a

analisar porque, na convocatória diz Alteração do Regulamento de Feiras e Mercados do Município de Mogadouro- Análise e Deliberação. -----

-----Gostava que o Executivo respondesse: qual é a função atual da garagem na cave da biblioteca? -----

-----Em que estado está o assunto do museu na casa oferecida pelo Senhor Doutor Alves? -----

-----Disse à Senhora Vereadora da Cultura que se por acaso gastar a verba ou tiver hesitações em demorar muito em gastá-la que não se preocupe, porque terá mais tempo para preencher ou distribuir a monografia do Concelho ou a tentar recuperar o dinheiro já pago. -----

-----Disse ainda que não houve usurpação de funções, que tanto o Senhor Presidente da Câmara, como de Junta, qualquer Junta que seja, ou da União de Freguesias têm legitimidade para falar com os seus Fregueses e Municípios, cada um no seu plano. -----

-----Ao Senhor Presidente da Assembleia disse que não aceita que tenha permitido um insulto à Assembleia, porque quando é insultado um membro da Assembleia é insultada a Assembleia toda, que o Senhor Presidente devia usar a sua autoridade para cortar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Bemposta. -----

-----Devia resgatar o respeito por esta Assembleia. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que oxalá que novos casos não se extremem, porque se extremaram de parte a parte, não viu violência verbal, na sua modesta interpretação. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** interveio e disse que ia retomar alguns dos pontos que a Câmara já prestou algumas informações mas que acha não serem suficientes. -----

-----Em relação à zona industrial lamenta que a Câmara queira que o ónus daquilo que está a acontecer, não seja político e seja de um técnico que acompanha a Câmara Municipal. No seu entender a responsabilidade do que está a acontecer é da Câmara Municipal. -----

-----Perguntou: *Se houver um pedido de execução da pena em que situação é que nós vamos ficar?* -----

-----Relativamente à questão da lenha, (*o Senhor Vice-presidente informou que a lenha foi vendida, que o seu valor se estimou em quinhentos euros e no que o dinheiro vai ser utilizado*) o facto de o dinheiro não ter entrado em qualquer rubrica do Município é uma ilegalidade. O procedimento da venda da lenha deixa muito a desejar. Teria que haver leilão público, teria que ser divulgado. -----

-----Relativamente à empresa da guarda (*o Senhor Vice-presidente referiu que não foi um concurso, mas um ajuste direto*) os ajustes diretos obrigam à consulta de pelo menos três prestadores de serviços, é obrigatório-----

-----Quanto à empreitada que a Câmara desenvolve em Castro Vicente disse que manifestavam um lamento e que consideravam uma vergonha o

que está a acontecer, o pagamento de 50% do valor de uma empreitada que é da Câmara Municipal, acontecendo o mesmo com a estrada de Remondes à nacional 216, a Junta tem de pagar serviços que tem a ver com empreitadas da Câmara Municipal. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** interveio e disse que em relação ao processo da zona industrial que não era verdade que o Senhor Presidente tem que estar em cima do assunto porque a partir do momento que um cliente entrega o assunto ao Advogado, é do advogado a responsabilidade. O Advogado é que é notificado, o cliente é notificado através do Advogado. Que agora terão que consultar um especialista em direito administrativo e ver o que poderão fazer. Que possivelmente o seguro não cobrirá essa quantia. -----

-----Ao Senhor Presidente da Mesa disse que de facto está colocada numa escola em Gondomar, que estará por aqui enquanto a Lei o permitir. Disse ainda ao Senhor Presidente da Mesa que também podia ter dito que esteve lá três anos e que nunca mudou a residência, que nunca lhe foram pagas viagens e que só faltou a uma sessão porque coincidiu com a altura de avaliações. -----

-----Quanto aos 7.500€ dos produtos endógenos disse que não tem nada contra, que até é pouco, que quando é endógeno é daqui, mas que quando tem que vir de um país vizinho passa a não ser endógeno. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que o exemplo dela o deu muitas vezes em reuniões de que ele fez parte, como exemplo que muitos deviam seguir. -----

► **FILIPA MARTINS** interveio e disse que depois de ser analisado o plano não pode deixar de concordar que ao longo dos trabalhos do Executivo nos últimos tempos têm sido tomadas decisões que apontam para os primeiros passos naquilo que será um esforço e terá que ser acrescido no âmbito do apoio social. -----

-----Tem sido dado apoio económico às pessoas, mas só isso não basta, porque há muitos outros problemas, como a violência doméstica, que tem crescido no distrito e no concelho de Mogadouro. No nosso distrito houve um total que ultrapassou os 150 casos de vítimas de violência doméstica. Aquilo que se deve fazer é trabalhar no sentido de prevenção e da sensibilização. Disse ser importante fazer algum investimento nesse sentido, que através da intermunicipal seja tratada esta questão de forma a dar os primeiros passos para que Mogadouro possa ser um ponto central para que se possa criar um apartamento de autonomização para vítimas de violência doméstica ou um apartamento que funcione como um acolhimento de emergência. Nos concelhos à nossa volta (Alfândega, Freixo de Espada à Cinta, Miranda, Moncorvo e Vimioso) houve cerca de setenta e três mulheres a necessitar de apoio para sair de casa no ano passado. Este ano não tem dados recentes, mas andarà no mesmo número. É muito difícil as pessoas terem que ser deslocadas dos seus concelhos para

Bragança ou para fora do distrito de Bragança, saírem de um meio rural, para um meio urbano. Seria uma oportunidade para Mogadouro se destacar em relação aos outros concelhos e ser pioneiro neste aspeto e a nível do Gabinete de Ação Social desta Câmara levar a cabo algumas diligências no sentido de combater esta problemática. Em Mogadouro este ano houve quatro casos com alguma gravidade. Os Senhores Presidentes de Junta que estão mais próximos da população se tiverem conhecimento de alguns casos poderão denunciá-los gratuitamente através da linha 144. Existe no distrito o núcleo de atendimento a vítimas de violência doméstica, que neste momento já tem alguns parceiros, recomendou à Câmara (Senhora Vereadora Joana) que entre em contato com o núcleo e que tente procurar uma parceria para que Mogadouro possa ser um polo aglutinador da resposta que cada vez se mostra mais necessária no distrito. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** interveio e disse à Deputada Filipa Martins que a casa abrigo embora tivesse mais custos seria mais útil do que a garagem para o clero por oitenta e um mil e seiscentos euros, que se o Executivo quisesse fazer essa proposta a apoiarão e não terá as críticas que tem a garagem. -----

-----Lembrou à Deputada Antónia Cardoso que quando falou em produtos endógenos que era daqueles que estão a crescer no concelho (mel, azeite, amêndoa), que era preciso pensar numa forma de os tratar cá, de os embalar, criar as mais-valias cá dentro do concelho, que talvez a iniciativa privada não seja suficiente e que a Câmara possa dar o empurrãozinho que às vezes falta. -----

-----Em relação à zona industrial disse que não concordava com a ordem de ideias da Deputada Antónia. -----

-----Disse novamente ao Senhor Presidente da Câmara que o problema das torneiras no lugar da Figueirinha ainda não foi resolvido.-----

-----Em relação ao ajuste direto no valor de cento e dez mil euros a uma empresa da Guarda sem ter sido consultada mais nenhuma, que não venham dizer que isso é exclusiva responsabilidade de um técnico porque então bem mal estará esta Câmara que coloca adjudicações desta monta exclusivamente nas mãos de um técnico, que por isso é que acontecem situações como a da zona industrial, que haverá empresas no concelho que podiam realizar a obra e que com a crise que por aí vai bem agradeceriam que a empreitada tivesse ficado no concelho. -----

-----Disse que não achou correto o ataque à Deputada Sandra Mesquita, principalmente porque o ataque veio de pessoas que ainda não há muito tempo se deleitaram aqui a ouvir um discurso de um elemento que por acaso não é do concelho mas que falava da cultura de Mogadouro e da cultura Mirandesa e que os mesmos agora insurgem-se contra a nomeação de um elemento para a Comissão de Toponímia, que tem prestado bom serviço e se tem mostrado interessada (se calhar mais do que alguns) em

defender os interesses do concelho. -----

-----Em relação ao problema da lenha disse ao Senhor Presidente que no próximo ano a dê para a fogueira do galo. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio para dizer que se encontravam encerradas as intervenções dando de seguida a palavra à Segunda Secretária da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----A Segunda Secretária da Mesa, Maria Teresa Cordeiro Afonso, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- Finda a leitura da ata o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

-----O Presidente da Assembleia disse ainda *“oxalá que o divino para 2015 não traga mais dissabores em matéria de saúde para nenhum de nós, oxalá que a Assembleia Municipal possa funcionar com a dignidade que merece, facto que não aconteceu.* -----

-----*Agradeço à funcionária Conceição Teixeira todo o trabalho profissional que disponibilizou em apenas dois dias por semana na Assembleia Municipal.* -----

-----*Boas Festas para todos e boas entradas”.* -----

-----Às treze e quarenta e cinco minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,

(Maria Isabel Sarmiento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta ata é constituída por 10.596 palavras, distribuídas por 25 páginas